



TCDF - 4 - ICE - 4 - D1  
Folha nº 6  
Processo nº 2043/99  
Rubrica .....

**Processo n.º 2043/99**

**Órgão de Origem: Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF**

**Assunto: Contratação Temporária de Pessoal**

**Ementa: Edital n.º 4 - FEDF/DEx/DPe, de 18 de maio de 1999.**

Senhora Diretora,

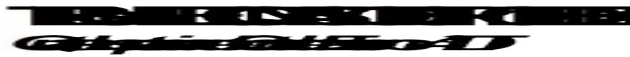
Trata-se de processo seletivo simplificado para contratação temporária excepcional de professores- Atividades e Educação Profissional- da Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF, tornado público por meio do Edital n.º 4 - FEDF/DEx/DPe (DODF de 24.5.99- fl.1).

2. De acordo com o edital acima citado, os professores a serem contratados serão aproveitados exclusivamente para docência *“...para suprir carências provisórias e definitivas, para as áreas que não apresentam candidatos concursados”*.

3. As disciplinas/atividades, as localidades e o número de vagas ofertadas estão a seguir relacionados:

Disciplinas/Atividades	Localidade	Número de vagas
Atividades Exclusivamente para zona rural	Brazlândia	05
	Núcleo Bandeirante	05
	Planaltina	10
	Taguatinga	02
	Paranoá/São Sebastião	10
	Total	32
Disciplinas/Atividades	Disciplinas	Número de vagas
Educação Profissional	Eletrônica/Laboratório	08
	Eletricidade	05
	Contabilidade	10
	Total	23

4. Vê-se, pela tabela retro, que o total de vagas ofertadas é de 55 (cinquenta e cinco) distribuídas em diversas disciplinas e localidades.



TCDF - 4 <sup>o</sup> ICJ - 4 <sup>o</sup> DI
Folha nº 7
Processo nº 2043/99
Rubrica .....

### **Análise do processo seletivo perante a legislação**

5. A contratação temporária de excepcional interesse público está prevista na Constituição Federal (art. 37, inciso IX), constituindo um instrumento de que dispõe a administração de admitir servidores em caráter excepcional e temporário, sem a necessidade de prévio concurso público. Destarte, a contratação temporária é cabível tão-somente em situações de emergência, nas quais a Administração necessita contratar pessoal, porém não dispõe de tempo hábil para realizar concurso público.

6. As hipóteses para a contratação temporária estão definidas, no âmbito do DF, na Lei distrital nº 1.169, de 24.7.96, modificada pela Lei distrital nº 1.448, de 30.5.97.

7. Há também dispositivos legais que tratam exclusivamente sobre contratação temporária de professores, quais sejam, o Decreto local n.º 18.008, de 30.1.97, e a Portaria nº 31 da Secretaria de Educação, publicada no DODF de 12.4.99 (fls. 2/4).

8. A referida Portaria n.º 31/99 altera Portaria anterior (nº 21/99), aprovando as normas específicas para a contratação temporária excepcional de professores para a rede pública de ensino do Distrito Federal. Em seu anexo único, estão estabelecidos os critérios de avaliação, os requisitos para participação no processo seletivo e outras regras aplicáveis ao processo em comento. Assim, o Edital de fl. 1 traz somente uma síntese do processo seletivo, consignando o quantitativo de vagas, período e local de inscrição, sendo as demais regras previstas pela Portaria n.º 31. Vale destacar que o candidato ao fazer sua inscrição receberá cópia dessa portaria.

9. Tal portaria foi objeto de questionamento por parte desta Divisão Técnica, quando da análise do Processo nº 1507/99 desta Corte de Contas, que trata de edital de abertura de processo seletivo para contratação excepcional de caráter temporário de professores.

10. O subitem 1.1.1.2 do anexo único da portaria (fl. 2) em comento faz a seguinte previsão: "O candidato concursado para preencher cargos da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, convocado, poderá firmar Contrato Temporário com a FEDF, independentemente de ter participado do processo seletivo simplificado, pelo período compreendido entre a convocação e o seu efetivo exercício." Naquela oportunidade, esta Divisão Técnica expressou o entendimento de que tal disposição contraria o art. 4º, §2º, da Lei Distrital nº 1.169/96, que prevê recrutamento mediante processo seletivo simplificado, exceto nas hipóteses de atendimento a situações de calamidade pública ou para o combate a surtos epidêmicos.

11. Assim, de acordo com essa lei, faz-se necessário que todos os candidatos à contratação temporária se submetam à seleção simplificada,



**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO D.F.**

TCDF - 4<sup>o</sup> JCE - 4<sup>o</sup> DI  
Folha nº 8  
Processo nº 2043/99  
Rubrica .....

menos nos dois casos excepcionados. Tal exigência é o mínimo que se pode obter, em termos de transparência, no processo de recrutamento para contratação temporária, já que se trata de uma situação anômala para a qual a Constituição Federal dispensou a realização de concurso público.

12. A simples aprovação no concurso público classifica o candidato em relação àqueles que participaram do mesmo certame e não em relação àqueles participantes da seleção simplificada, que, embora não tenham seus conhecimentos aferidos em provas, podem possuir mais titulação, experiência ou instrução. Sem a participação, no processo seletivo simplificado, dos candidatos convocados pela FEDF e que aguardam o efetivo exercício, afasta-se a possibilidade de uma real seleção, o que implica ilegalidade do recrutamento e afronta ao princípio da igualdade. Ademais, parece inaceitável que a FEDF possa contratar temporariamente candidatos já aprovados em concurso público, quando, mediante um pequeno esforço, poderia proceder à imediata admissão desses candidatos em caráter efetivo.

13. À vista dessa ilegalidade, esta Divisão Técnica ofereceu, no Processo 1507/99, sugestão ao Egrégio Plenário para que determinasse à FEDF a supressão do subitem 1.1.1.2 do anexo único da Portaria nº 31/99, motivo pelo qual deixamos de propor, no presente processo, qualquer medida corretiva.

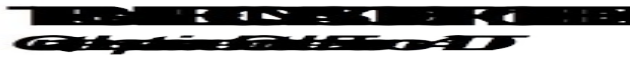
14. A autorização do Conselho de Política de Pessoal -CPP para que a FEDF realizasse o processo seletivo sob análise encontra-se à fl. 5.

15. Há de se destacar o uso constante do instrumento de contratação temporária pela FEDF para contratação de professores, o que transformaria a propriedade fundamental da espécie excepcional, extraordinária em regular, permanente. Impende ressaltar que a contratação temporária possui o escopo de permitir, excepcionalmente, a contratação de pessoal para integrar a administração pública por prazo determinado.

16. A própria Portaria n.º 31/99 estabelece no subitem 1.2 que *“A FEDF fica obrigada a abrir, imediatamente, concurso público para suprir as carências das disciplinas para as quais inexistam concursados.”* (fl. 3)

17. Ao decidir acerca de consulta formulada pela FEDF a respeito de contratação temporária de professor de que trata o art. 2º, III, da Lei n.º 1.169/96 (Processo n.º 2474/97), este Egrégio Plenário decidiu:

***“informar à Fundação Educacional do DF que a contratação temporária de professor autorizada pelo art. 2º, III, da Lei n.º 1.169, de 24.7.96, restringe-se aos casos de afastamento dos ocupantes de cargo permanente, podendo abranger também situações de carência de professor ocasionada por contingências que fujam ao controle e ação dessa entidade fundacional, perdurando-se essa abrangência pelo tempo estritamente necessário à realização do necessário concurso público, devendo o***



TCDF - 4<sup>a</sup> ICJ - 4<sup>a</sup> DI  
Folha nº 9  
Processo nº 2043/99  
Rubrica .....

***certame aberto a todos, na amplitude desejável, efetivar-se concomitantemente à vigência dos contratos celebrados, de modo a evitar eventuais novas seleções simplificadas de idêntica destinação, observado em qualquer hipótese o disposto no art. 4º da Lei n.º 1.169/96”*** (item I da Decisão n.º 8734/97, S.O. n.º 3300, de 4.12.1997).

18. No curso do Processo n.º 825/99, que trata de contratação temporária de professores, esta Divisão Técnica sugeriu a reiteração da Decisão acima transcrita, motivo pelo qual deixamos de oferecer qualquer medida saneadora.

19. Verifica-se no item a das Observações finais do Edital de fl. 1 a seguinte observação:

*“Além da titulação prevista na Portaria nº 31, serão contados 20 pontos para o candidato de Atividades que comprovar residência na zona rural de localização da unidade escolar.”*

20. A atribuição de pontos na prova de títulos foi estabelecida pelo subitem 3.2.4 da Portaria 31/99 (fls. 2/4). A nosso ver, o edital normativo não pode estabelecer regras novas que vão além dessas contidas na portaria, pois o referido edital deve estar plenamente vinculado à portaria. Vê-se também que a portaria estabeleceu a pontuação somente naquelas atividades referentes à qualificação profissional. Todavia, o que o Edital de fl. 1 acrescentou foi uma regra que em nada se refere à qualificação profissional do candidato.

21. Além disso, ao privilegiar os candidatos residentes na zona rural de localização da unidade escolar, o edital comete uma inconstitucionalidade, ferindo o princípio da isonomia (art. 5º, *caput*).

22. Assim, sugerimos ao Egrégio Plenário que determine à FEDF que suprima a referida regra.

23. O período de inscrição (de 24.5.99 a 26.5.99) foi consignado no subitem 2.1 do edital de fl. 1. O primeiro dia de inscrições coincide com o dia de publicação do referido edital. Não houve, destarte, tempo suficiente para dar publicidade ao processo seletivo em questão. O Egrégio Tribunal, em diversas oportunidades, estabeleceu um prazo mínimo de 5 (cinco) dias entre a publicação do edital normativo e o início das inscrições (Decisão de 25.7.91 – Processo nº 2701/91, Decisão de 20.8.92 – Processo nº 3091/91, Decisão de 8.2.94 – Processo nº 3625/91).

24. Tal prazo, para os processos seletivos de contratação temporária, seria de bom alvitre, pois daria melhor eficácia do controle externo efetuado por esta Corte de Contas.

25. Destarte, sugerimos ao Egrégio Plenário que determine à FEDF que obedeça a um intervalo mínimo de 05 (cinco) dias entre a data da publicação



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

TCDF - 4<sup>a</sup> ICE - 4<sup>a</sup> DI  
Folha nº 10  
Processo nº 2043/99  
Rubrica .....

de edital normativo para contratação temporária de professores e o início das inscrições.

26. Quanto aos demais aspectos tratados no edital em análise e na referida portaria, entendemos adequados ao processo seletivo de contratação temporária.

Em face do exposto, propomos ao Egrégio Plenário:

- I - tomar conhecimento do Edital n.º 4 - FEDF/DEx/DPe, publicado no DODF de 24.5.99 (fl. 1), que abriu seleção para contratação temporária excepcional de professores pela FEDF, bem como da Portaria nº 31, de 9 abril de 1999 (fls. 2/4) e da autorização do Conselho de Política de Pessoal-CPP-fl. 5;
- II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF que:
  - a) retifique o Edital n.º 4 - FEDF/DEx/DPe, publicado no DODF de 24.5.99, suprimindo o item a das Observações finais, tendo em vista que essa hipótese de atribuição de pontos na prova de títulos não está definida na Portaria nº 31/99, à qual está vinculado o referido edital, e que tal item fere o princípio constitucional da isonomia;
  - b) obedeça, doravante, o intervalo mínimo de 05 (cinco) dias entre a data de publicação de edital normativo para contratação temporária de professores e o início das inscrições;
- III - autorizar o retorno dos autos à 4<sup>a</sup> ICE para o acompanhamento do processo seletivo ora anunciado.

À superior consideração.

Brasília-DF, 26 de maio de 1999.

Edival Rodrigues da Matta Junior  
AFCE-TCDF Mat. 466-9